

HISTÓRIA DA CULTURA INTELECTUAL: POSSIBILIDADES TEÓRICAS.

Pablo Spíndola *

Resumo: O trabalho propõe investigar as possibilidades teóricas da história da cultura intelectual, que pode ser entendida como a pesquisa sobre as condições de produção de uma idéia, levando em consideração os componentes internos e externos desta. Os componentes internos analisam a argumentação do autor, já os externos se debruçam sobre os contextos de produção, a recepção da obra e os diálogos desse autor com os demais. Nesse sentido, será buscado um diálogo com autores que trataram da temática, mas, sobretudo, que fizeram reflexões teóricas. Os autores são Claude Lefort, no livro *As formas da história*; J. G. A. Pocock em *Linguagens do ideário político*; Carlos Altamiro no artigo *Idéias para um programa de história intelectual*; François Dosse em outro artigo intitulado *Da história das idéias à história intelectual* e Richard Tuck em *História do pensamento político*. O objetivo é perceber como esses autores resolveram ou propuseram questões para o estudo da história, pois mesmo não tendo tratado da história da cultura intelectual, eles podem ter suas obras tomadas como uma contribuição ao estudo desta. Com isso, é aberta a possibilidade de tomar como objeto de análise autores, textos e teorias ao associar a historicidade de uma obra com a discussão de suas apropriações.

Palavras-chave: teoria da história; história da cultura intelectual; metodologia.

Abstract: The paper propose investigate the theoretical possibilities of the cultural intelectual history that suposes the research about the conditions of production of one Idea considering the its internal and external components. The internals components analysis the author speech while the external ones analysis the contexts of production, the reception of the work and the dialoges of that autor with another ones. In this way we`ll seek a conversation with authors that studies this theme, mainle that ones that made theoretical refletions. This authors are Claude Lefort in his book *As formas da história*; J. G. A. Pocock in *Linguagens do ideário político*; Carlos Altamiro in the paper *Idéias para um programa de história intelectual*; and Richard Tuck in *História do pensamento político*. The objective is realize as this authors resolve or propose questions for the studies of history, in spite of his approach not be in intelectual culture history, the works of them can be taked like a contribution to the studie of this kind of history. So, the possibilities of make analysis about authors, texts and theories associating the historical context of an work with the discussion of yours appropriations are open.

Key-words: History theory; cultural intelectual history; methodology.

* Mestrando do programa de pós-graduação em História Social da USP, bolsista CNPq. Contato com o autor: phst@usp.br

Ao pensar o passado como um mosaico, muitas são as possibilidades de sua montagem, um bom número de artefatos podem estabelecer essa composição, dentre eles as ideias. A história da cultura intelectual estabelece as ideias como documentos, porém leva em consideração os debates levantados pela história cultural, no sentido de se compreender as ideias dentro de uma historicidade, buscando, com isso, entender a relação de uma ideia com outra, assim como em que temporalidade esta foi inserida. Não se trata de investigar a ideia pela ideia, seu relacionamento com as demais, modelo mais próximo da filosofia; assim como não se trata de estudar o contexto em que essas ideias estão inseridas e explicá-las e justificá-las por isso. Nem ideias desencarnadas, sem historicidade: nem uma contextualização que serve a tudo. O caminho a ser adotado por esse modelo é mais modesto, no sentido de perceber que não é possível entender um sem o outro, porém há implicações para isso, estudar a temporalidade das ideias requer um diálogo, maior com a filosofia assim como uma visão mais abrangente do contexto histórico.

Esse caminho metodológico está associado às questões levantadas durante o trabalho de pesquisa, questões que o pesquisador leva ao seu objeto, assim como as que o objeto suscita ao pesquisador. Não se trata, portanto, de um modelo pronto e acabado a ser empregado a todo custo durante a pesquisa. Nem tão pouco, uma forma de fazer história inédita ou novidadesca, pelo contrário, podem ser constatadas algumas incursões sob essa batuta em história e em outras áreas. Além disso, áreas como ciência política, sociologia, linguística, teoria da história da arte, para citar algumas, podem ser tomadas para realizar aproximações, sem o pudor de estar corrompendo a práxis historiográfica.

Outra questão a ser levantada é a interferência do próprio historiador da cultura intelectual, ou seja, como lidar com as próprias ideias e, então, estudar as ideias do passado. A premissa da imparcialidade, além de ingênua, é impossível. Como antídoto para minimizar o impacto das ideias do historiador é importante evidenciar o seu ponto de partida, sendo esta uma maneira eficaz por deixar que o interlocutor localize as interferências do pesquisador e escolha se deve segui-las ou não.

Essa necessidade de evidenciar os caminhos adotados na escrita não é recente, ao menos entre os historiadores. Michel de Certeau explica que essa preocupação advém da relação que o historiador tem com o seu tempo, pois como lembra: “o discurso, hoje, não pode ser desligado de sua produção, tampouco o pode ser a práxis política, econômica ou religiosa, que muda as sociedades e que, num momento dado, torna possível tal ou qual tipo

de compreensão científica” (CERTEAU, 2002: 41). Demonstrar o lugar de que se fala é mostrar as escolhas feitas na busca pela compreensão. O passado, na sua inacessibilidade imediata, é construído como uma organização de unidades de sentido.

Para não incorrer na crítica feita por Certeau, uma definição torna-se salutar: “a história será encarada como um texto que organiza unidades de sentido e nelas opera transformações cujas regras são determináveis” (*Ibidem*: 51). A determinação destas regras implica os critérios de validação para o meio social em quem elas são escritas. O corpo social que legitima tal ou qual discurso como sendo integrante de tal ou qual categoria é o próprio, ou seja, historiadores escrevem amparados numa legitimidade composta pelos próprios historiadores. Porém, isso não é exclusividade deles, assim como também não é o fato de estarem ancorados em concepções nem sempre formuladas em suas respectivas áreas do conhecimento. O resultado desse acordo de legitimação igualmente estabelece e/ou guia o padrão do limite de “dizibilidade” dos discursos e com isso indica os limites do que pode ser tomado como fonte ou não. Daí a importância das escolhas, pois “da reunião dos documentos à redação do livro, a prática histórica é inteiramente relativa à estrutura da sociedade” (*Ibidem*: 74).

O começo da relação entre a importância do lugar de que se fala com o historiar¹ é dado pelo gesto que, provavelmente, deu origem à pesquisa histórica, ou seja, o ato de selecionar. Ao selecionar e depois reunir em determinados grupos de informações, transformando essas informações em documentos e, assim, redistribuir de outra maneira esse conhecimento, o historiador produz. A mudança de estatuto do documento ao ser manuseado é, em certo sentido, uma invenção. Pois como lembra o professor Durval Muniz Albuquerque Jr., o fazer histórico é um inquérito estabelecido pelo interlocutor que analisa no intuito de reorganizar as fontes pesquisadas: “O que se chama de evidência é fruto das perguntas que se fazem ao documento e ao fato de que, ao serem problematizados pelo historiador, transformam-se, em larga medida, em sua criação” (ALBUQUERQUE Jr, 2007: 63). A história é concebida como uma construção narrativa, derivada das fontes arquivísticas, orais, textuais e literárias, as quais servirão para esculpir a obra do historiador.

¹ O termo historiar está no dicionário como verbo com três acepções: ato de fazer o relato histórico de; narrar, contar; embelezar com ornatos; enfeitar. Dessa forma, entende-se aqui o conceito de historiar como o exercício teórico-metodológico que o historiador realiza ao selecionar seus arcabouços intelectuais. Isto desde o início da pesquisa histórica até os fins de sua redação, ou seja, o próprio fazer histórico, levando-se em conta o emaranhado temporal no qual ele está inserido. Tomar-se-á essa definição como ponto pacífico, pois o desenvolvimento dela já seria por si só um novo estudo a ser realizado em outro momento.

O historiador é um tecelão que trabalha com muitos retalhos de tempo e que está produzindo inserido em um determinado lugar, e a forma como ele une estes pedaços indica várias temporalidades. “Mais do que explicarmos os fatos, interpretá-los, devemos seguir suas linhas de constituição, o rendilhado de lutas, experiências e falas que deram origem ao seu desenho, atentos para os silêncios que são incontornáveis, mas são também elementos de sua tessitura” (*Ibidem*: 153).

Cabe agora pensar sobre este tipo específico de pensamento sobre o passado, a história da cultura intelectual. As definições não são unívocas, nem mesmo ponto pacífico, existe uma longa tradição de estudos nesse sentido, mais comum em língua inglesa e associados à filosofia e à política (ALTAMIRANO, 2007: 09). Como exemplo, o historiador estadunidense Carl E. Schorske² apresenta uma definição mais ampla e significativa sobre história intelectual:

O historiador procura situar e interpretar temporalmente o artefato, num campo onde se cruzam duas linhas. Uma é vertical, ou diacrônica, com a qual ele estabelece a relação de um texto ou um sistema de pensamento com expressões anteriores no mesmo ramo de atividade cultural (pintura política, etc.). A outra é horizontal, ou sincrônica; com ela, o historiador avalia a relação do conteúdo do objeto intelectual com as outras coisas que vêm surgindo, simultaneamente, em outros ramos ou aspectos da cultura. (SCHORSKE, 1988: 17).

Esta concepção de história intelectual entende o objeto como sendo uma junção de duas especificidades. Numa são estabelecidas as relações com fatores externos ao texto (atividade cultural) e na outra o conteúdo do texto é tomado como objeto, analisando seus argumentos, constituindo uma observação dos fatores internos.

Carlos Altamirano defende que a história intelectual “privilegia certa classe de fatos – em primeiro lugar, os fatos do discurso – porque eles dão acesso a uma decifração da história que não pode ser obtida por outros meios e porque proporcionam pontos de observação únicos sobre o passado” (ALTAMIRANO, 2007: 11). Ele entende que essa classe de fatos não deve pender para um dos lados dessa relação, seja interna ou externa. O autor

² Carl E. Schorske é referido em três textos que são: FALCON, Francisco. História das ideias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*, 1997. CHARTIER, Roger. História intelectual e história das mentalidades. In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. 2002. DOSSE, François. Da História das ideias à História intelectual. In: DOSSE, François. *História e ciências sociais*. 2004.

alerta que não é possível estabelecer o sentido de um texto sem levar a pesquisa nessas duas abordagens:

Contudo, para estabelecer o sentido intelectual dos textos (ou os sentidos, caso se prefira) não basta vinculá-los ao campo da ação ou, como se costuma dizer, ao seu contexto. Associá-los a seu “exterior”, as suas condições pragmáticas, contribui sem dúvida para a sua compreensão, mas não evita o trabalho de leitura interna ou da correspondente interpretação, mesmo se os considerarmos documentos da História. (*Ibidem*: 14).

Interessa notar que tanto Carl E. Schorske, como Carlos Altamirano, estão interessados em fazer um tipo de conciliação entre os argumentos internos e externos do texto. A História intelectual preconiza, assim,

uma mistura multidimensional onde utiliza ao mesmo tempo a lógica própria das ideias, a da vida intelectual e a política cultural, considerando portanto essa história não uma área a parte, mas o componente de uma história total das formas do pensamento e de suas práticas. (DOSSE, 2004: 297).

Entretanto, o caminho percorrido para se chegar a estas formas de definição, ou mesmo estes parâmetros, não é simples e direto.

O conceito de história intelectual está associado diretamente ao de história das ideias, que em muitos casos são usados como similares. Também existe uma certa confusão no que se refere a estes dois conceitos e ao de história cultural. Para se perceber isso é possível consultar três exemplos de autores que escreveram sobre o assunto, visando elaborar distinções, explicações e propor novas abordagens. São eles: Francisco Falcon no texto *História das ideias*; Roger Chartier em *História intelectual e história das mentalidades*; e François Dosse no *Da História das ideias à História intelectual*.

A escolha destes autores não foi aleatória. O texto de Francisco Falcon tem um viés de divulgação e mapeamento no Brasil da história das ideias. O texto de Roger Chartier, por sua vez, investiga porque a história intelectual tem uma recepção diferenciada na França. O terceiro exemplo, François Dosse, além de trazer um apanhado do percurso da história intelectual, propõe alternativas para um debate da prática desta. Sendo assim, deter-se-á mais pormenorizadamente em cada um desses autores e suas contribuições.

O primeiro exemplo, do professor Francisco Falcon, está na coletânea temática – *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia* – e é intitulado *História das ideias*. Ele

inicia tentando explicar as diferenças conceituais entre história das ideias, história intelectual e história da cultura. Essa é uma confusão comum e de difícil decifração. Segundo ele, deve-se levar em consideração os componentes geográficos, pois de acordo com a localização de origem, as expressões supracitadas podem significar a mesma coisa, podem ser completamente diferentes, ou ainda terem seus significados alternados.

Na tentativa de minimizar essas confusões, Falcon cita autores como Robert Darnton, Roger Chartier (que será abordado dentro em breve) e Leonard Kriegger, sendo que este último apresenta distinções terminológicas importantes sobre o tema. As diferenças, para Kriegger, estão relacionadas ao conteúdo e ao método, pois a história das ideias

remete a textos nos quais os conceitos articulados constituem os agentes históricos primários, vindo a seguir as pessoas dos portadores desses conceitos, enquanto as chamadas relações externas são entendidas como simples condições de existência das ideias propriamente ditas. (FALCON *In*: CARDOSO & VAIFAS, 1997: 93).

Assim sendo, este campo de pesquisa limítrofe poderia/faz parte do departamento de filosofia, não como campo de estudo, mas como objeto. Já a história intelectual “remete a textos bem mais abrangentes, uma vez que ela inclui as crenças não-articuladas, opiniões amorfas, suposições não-ditas, além, é claro, das ideias formalizadas” (*Idem*). A história intelectual está voltada também à articulação dos argumentos com as suas condições externas.

Francisco Falcon faz uma divisão por períodos para estudar a história das ideias no século XX. No primeiro período, os debates giravam em torno do problema da consciência, o da natureza e o papel do inconsciente; os significados complexos das noções de “tempo” e “duração”; as especificidades reais do conhecimento na esfera das “ciências do espírito” ou ciências humanas e seus problemas para a teoria da ciência; a introdução de novos conceitos como “representação coletiva”, “mitos políticos”, “derivações”, “elites políticas”, “visões de mundo”, “espírito de época” (*Ibidem*: 104). Todos estes problemas gravitavam sobre a égide da história das ideias.

No segundo momento, a forma de abordagem muda e é subdividida em quatro grandes modelos: o historicismo; o marxismo; a *École des Annales* e a história das ideias; e a história das ideias Norte-Americana: da *New History* de J. H. Robinson à *History of Ideas* de Arthur Lovejoy. Não se pretende entrar nos meandros dessa divisão, mas cabe notar os critérios de ordenação por separação geográfica: o historicismo alemão; o marxismo oriental

(principalmente russo) e ocidental (os formados pelos soviéticos); a forma francesa (*École des Annales*); e a forma estadunidense/inglesa (*New History, History of Ideas*).

O terceiro período que vai das décadas de 60 e 70 do século XX até os nos 90, ressalta uma geração que seria herdeira teórica das divisões anteriores, mas que não segue exatamente as mesmas referências historiográficas. Na Alemanha, os debates migram para a história dos conceitos, a exemplo de Reinhart Koselleck e Gadamer. Entre os marxistas, os nomes relacionados são os trabalhos da *New Left*, como Eric Hobsbawm, Edward Thompson, Perry Anderson. No caso dos Estados Unidos e Grã-Bretanha acontece o *New Intellectual History*, com autores como J. G. A. Pocock e Quentin Skinner. Na França, entretanto, há uma fragmentação maior, pois a história das mentalidades (nome que recebeu lá) é associada à história cultural. Além disso, outros autores propõem leituras que não são associadas a esta forma de história das ideias, a exemplo de Paul Ricoeur, Michel Foucault, Michel de Certeau, Roger Chartier, Pierre Bourdieu, Paul Veyne. Todavia, todos eles trabalham com ideias e suas relações com o tempo (*Ibidem*: 113-120).

Falcon recorre novamente a Kriegger e toma emprestado sua tipologia repartida em grupos: a) os sócio-intelectuais, que identificam as ideias e atitudes como produtos de uma função social distinta, reconhecendo uma certa autonomia ao papel histórico das ideias e a necessidade de métodos históricos específicos para a sua compreensão, sem que isso signifique, contudo, abordar as ideias somente como ideias (*Ibidem*: 117-119); b) os que justapõem ideias a algum tipo de contextualização, ou seja, ideias e circunstâncias comportamentais em dois níveis autônomos da realidade histórica, cujas relações são o problema que o historiador deve resolver (*Idem*); c) os “internalistas” que não se interessam por referências “extratextuais” para o estudo das ideias (*Idem*). Essa tipologia tentou resolver a forma de lidar com a história das ideias, porém não fica exatamente claro como isso funciona, e menos ainda resolve a confusão de termos empregada até então.

O segundo exemplo de autor que tentou apresentar um levantamento da história intelectual foi Roger Chartier, em sua obra *À beira da Falésia*, especificamente no capítulo *História Intelectual e história das mentalidades*. Assim como Francisco Falcon, inicia seus comentários afirmando a dificuldade de definição e menciona as muitas nomenclaturas que o campo recebe (CHARTIER, 2002: 23).

Chartier também tenta diferenciar conceitualmente história das ideias, de história intelectual, de história social das ideias, e da história cultural. Tomando por empréstimo as definições de Robert Darnton ele diz:

- a) história das ideias é o estudo dos pensamentos sistemáticos, geralmente em tratados filosóficos;
- b) a história intelectual é o estudo dos pensamentos informais, das correntes de opinião e das tendências literárias;
- c) a história social das ideias é o estudo das ideologias e da difusão das ideias;
- d) a história cultural é o estudo da cultura no sentido antropológico, incluindo visões do mundo e as mentalidades coletivas (*Ibidem*: 24-25).

Em seguida funde um conceito mais amplo e que tenta abarcar as quatro definições anteriores: “o campo da história dita intelectual recobre, na verdade, o conjunto das formas de pensamento e que seu objeto não tem mais precisão a priori do que aquele da história social ou econômica” (*Idem*). Chartier lança mão das definições entendendo que o mais importante é a maneira que em um momento específico, historiadores tratam as suas unidades de observação. A partir daí a investigação passa a ser como a história intelectual à francesa iniciou e se desenvolveu.

A investigação é subdividida em duas partes, *Os primeiros “Annales” e a história intelectual*, e a *História das mentalidades/História das ideias*. A divisão discute por que o modelo de história intelectual não foi bem recebido na França.

Chartier observa que a história intelectual na França esteve associada a um discurso externo, do período entre as duas grandes guerras, o qual impunha debates com uma comunidade de historiadores contemporâneos ao período. Os dois historiadores que vão encabeçar essa postura são Lucien Febvre e Marc Bloc. “Para Febvre pensar a história intelectual é primeiramente reagir àquela que se escreve em sua época” (*Ibidem*: 26). A postura assumida pela história intelectual é uma afronta à tradição marxista que é compartilhada por esses autores.

Febvre, segundo afirma Chartier, critica a história intelectual por isolar sistemas de pensamento das condições que autorizam a produção e por separá-los radicalmente das formas da vida social (*Ibidem*: 28). Ele acusa a história intelectual de ser desencarnada, ao instituir um universo de abstrações onde o pensamento parece não ter limites dado que está fora do tempo e do espaço, como se estivesse urdindo estranhas cadeias de anéis ao mesmo

tempo irrealis e fechados. Também critica a postulação de uma relação consciente e transparente entre as intenções das produções intelectuais e a criação intelectual apenas como inventividade individual. Afora isso, desconfia das concordâncias entre diferentes tipos de produção intelectual de um tempo, seja pelo jogo de empréstimos, seja pela referência a um “espírito de uma época” (*Ibidem*: 29).

Marc Bloch, também segundo Chartier, igualmente questiona a legitimidade dessa proposição de história que toma ideia como fulcro, não concordando com o que seria a ausência de substância social. No livro *A sociedade feudal* (escrito por Bloch em 1939) dedica um capítulo chamado *Maneiras de sentir e pensar* para hierarquizar níveis de língua e universos culturais em função das condições de formação intelectual, mas o faz associando sua análise ao social. Esta forma de pensar, talvez tradição, dos *Annales*, pesa sobre os posicionamentos teóricos assumidos pelos historiadores que os sucederam.

Na segunda parte, a década de 1960, começa a se falar em história das mentalidades, mas quase como uma oposição à história intelectual, pois “a mentalidade de um indivíduo, mesmo sendo um grande homem, é justamente o que ele tem de comum com outros homens de seu tempo” (*Ibidem*: 34-35). A história das mentalidades trabalha com o nível do cotidiano e do automático, é o que escapa aos sujeitos individuais da história porque revela o conteúdo impessoal de seu pensamento (*Idem*). E aí ela se antepõe ao objeto da história intelectual, que seria para pensadores como Jacques Le Goff, a construção consciente de uma mente individual e sem as representações e julgamentos dos atores sociais (*Idem*).

Vale salientar que Chartier, ao colocar essas problemáticas por autores os quais teve como referência, busca um tipo de reconciliação com um programa diferente de história intelectual, o qual ele vai chamar de história cultural. Ele diz ainda que: “a história intelectual deve então estabelecer como central a relação do texto com as leituras individuais ou coletivas que, cada vez, o constroem (isto é, decompõem-no para uma recomposição)” (*Ibidem*: 55).

Chartier evoca a definição proposta por Schorske para aventar uma posição onde “Ler um texto ou decifrar um sistema de pensamento consiste, pois, em manter juntas essas diferentes questões que constituem, em sua articulação, o que se pode considerar como objeto mesmo da história intelectual” (*Ibidem*: 57). Ao falar em diferentes questões, ele se refere à citação de Schorske sobre a força vertical diacrônica e a horizontal sincrônica, também entendida como uma composição a partir das argumentações externa e interna ao texto. Nesse apanhado feito por Roger Chartier, chama atenção uma certa confusão de termos, pois história

das ideias e história intelectual se confundem invariavelmente, e a tentativa do autor em se apropriar de uma formulação mais geral pode ser uma evidência dum descompasso da recepção francesa.

O terceiro exemplo que descreve o estado da arte é o de François Dosse, *Da história das ideias à história intelectual*, apresentado num Colóquio internacional que foi publicado no Brasil como um capítulo do livro *História e Ciências Sociais*. O autor abre o texto comentando o fato da história das ideias não gozar de boa reputação na França e que isso se deve à formação propriamente filosófica do público escolarizado francês, fazendo com que esse *corpus* fosse legado à filosofia. E o outro motivo é o sucesso da história das mentalidades durante a década de 1970, para ele, um tipo específico de história intelectual. Esta ficou restrita a um apêndice da história literária, como sonho solitário de Jean Ehrard que trabalhou e estimulou a criação de um ensino de história das ideias (DOSSE, 2002: 283-284).

O autor segue sem propor uma definição, ou mesmo, uma distinção entre história das ideias e história intelectual, utilizando os termos, em algumas passagens, como sinônimos. O ponto de partida é a formação do pensamento estruturalista que esteve em evidência principalmente na década 1960, pois tomou a história das ideias de maneira sincrônica, ou seja, estrutural.

Cabe perceber que a preocupação de Dosse serve para preparar os argumentos de suas hipóteses fazendo uma ligação entre uma forma de entendimento estrutural (ou estruturalista) com o pensamento de Paul Ricoeur, tendo em vista que Ricoeur define “uma perspectiva de articular o exercício de uma consciência crítica na herança kantiana e o de uma hermenêutica ligada à tradição.” (*Ibidem*: 292) Isso faz sentido quando pensado na ótica de aproximação da história intelectual, pois a dificuldade também

é pensar a restituição de um pensamento por si próprio, em sua lógica singular, em seu momento de enunciação, em seu contexto histórico preciso de aparição, sem deixar de lado a mensagem que ele carrega tempo afora até nossa atualidade, o modo como nos fala de nossa contemporaneidade. (*Ibidem*: 294).

Ao apontar essa questão, Dosse procura na abrigo da escola de Cambridge, na figura central de Quentin Skinner, este último ao escrever sobre Thomas Hobbes, insiste na formação de Hobbes como humanista e no contexto preciso que está inserido a escrita do *Leviatã*. John Pocock também faz um trabalho seguindo essa linha, mas com Maquiavel como objeto de seu

estudo. Dosse associa estes autores ao *linguistic turn*, pois ao privilegiarem uma história dos conceitos, teriam reposicionado o seu uso historicamente, aproximando-se dos trabalhos de Reinhart Koselleck (*Ibidem*: 295).

A iniciativa de Dosse de contrapor uma visão da história intelectual preocupada com as estruturas, que estabelece a relação entre objeto intelectual e aquilo que se fez na mesma época, com uma perspectiva cuja preocupação está focada no sistema de pensamento e o que o precedeu, tem a função de sugerir um caminho do meio. Dessa forma, o intento é propor uma alternativa que vá além do “externalismo”/“internalismo”, pois o resultado de uma abordagem ao mesmo tempo “internalista” e “externalista” é a explicitação de correlações. Como ele explica:

O que pode emergir de uma abordagem ao mesmo tempo internalista e externalista não são mecanismos de causalidade mas, mais modestamente, a explicação de correlações, de simples vínculos possíveis, como hipóteses, entre o conteúdo exprimido, o dizer, de um lado, e a existência de redes, o pertencimento de geração, a adesão a uma escola, o período e suas problemáticas do outro. (*Ibidem*: 299).

A proposta lida com uma pluralidade maior de informações a respeito do passado e simultaneamente desobriga o estabelecimento da relação de determinação, o efeito causal é suprimido pela possibilidade. Sem perder os critérios de verificabilidade e legitimidade do historiar, a história intelectual passa a ser feita tanto a partir do conteúdo explícito quanto dos contra-sensos que ele suscita, bem como das reapropriações sucessivas que são feitas posteriormente (*Idem*).

A possibilidade teórica de fazer uma historia intelectual, atenta à participação do pensamento no acontecimento, sem nada ceder na análise, é a junção que torna possível inscrever as obras na história sem nada sacrificar de sua leitura interna, e, ao contrário, contribuindo para a sua inteligibilidade (*Ibidem*: 310-311). A saída encontrada concilia pontos indispensáveis para o historiar de uma ideia, conceito ou sistema de pensamento, mas também aumenta as responsabilidades de quem busca essa opção. Os problemas metodológicos encontrados nas duas formas de abordagem, ou seja, a participação do pensamento no acontecimento e a análise do pensamento, estão presentes, o labor da pesquisa é duplicado, e as respostas não são as causas, mas as possibilidades.

Neste sobrevôo sobre a historicidade da história intelectual percebe-se que os comentadores estavam preocupados com questões específicas e distintas: um em apresentar,

outro em fazer observações relativas ao seu país e outro em propor uma nova abordagem. Todavia, a dificuldade de precisar os termos é patente nos três, já que se revezam sem ficarem nítidas as distinções entre história das ideias e história intelectual, usados muitas vezes como sinônimos. Igualmente é o que acontece sobre a precisão argumentativa ao se evocar aspectos de funcionamento internos e externos no estudo de um objeto tão melindroso e transversal. Uma semelhança que se soma é o fato dos três comentadores terem como grande divisão os fatores internos e externos. A partir de agora, a preocupação se voltará para as possíveis problematizações a respeito dos componentes internos e externos de um texto, um conceito ou ainda um sistema de pensamento.

Os componentes internos analisam a argumentação do autor; os externos se debruçam sobre os contextos de produção, a recepção da obra e os diálogos desse autor com os demais, que podem ser seus contemporâneos ou referências da formação. Estas perspectivas foram tradicionalmente desenvolvidas em outros campos, como por exemplo na filosofia, na ciência política, ou ainda na história do pensamento político. Em filosofia, o filão de pesquisa que investiga sistemas de pensamento ou conceitos entendeu que os argumentos internos de um texto são a forma mais fidedigna de estudo.³ Na ciência política as relações de produção, principalmente no que se convencionou chamar de escola de Cambridge⁴, tiveram uma ênfase maior nos argumentos mediante seus meios externos.

Ao observar o “internalismo”, o argumento é de que um autor só pode ser entendido nos movimentos do pensamento num determinado texto e este é uma unidade indissolúvel por inventar teses e métodos indissociáveis à sua própria elaboração (GOLDSCHMIDT, 1970: 141). Logo tomar informações fora do texto é romper com a exegese argumentativa da produção de pensamento do autor. As informações de contexto não interessariam por serem uma tentativa de explicação causal sem fundamento, pois não pertencem ao sistema argumentativo desenvolvido. O contexto também pode ser criticado por

³ Refere-se aqui ao texto de Victor Goldschmidt, Tempo histórico e tempo lógico na interpretação dos sistemas filosóficos. In: GOLDSCHMIDT, Victor. *A religião de Platão*. 1970.

⁴ Ver o artigo de Richard Tuck, *História do pensamento político*. In BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. 1992.

sobrepôr a validação externa à concatenação de pensamento, sem compreender os caminhos desenvolvidos por este último.

Outrossim, tem-se um determinismo que entende só ser possível compreender uma obra ou um autor pelo contexto, o que indiretamente afirma que pessoas de uma mesma época responderiam aos problemas de maneira semelhante, obliterando-se as individualidades que tornam diferentes os contemporâneos entre si.

Claude Lefort, no capítulo *A obra de pensamento e a história*, do livro *As formas da história: ensaios de antropologia política*, ao estudar os comentários de Maquiavel sobre a obra de Tito Lívio, fala em planos do texto. Para ele, o texto está dividido em quatro planos: a) contexto da época; b) do que o texto está falando; c) análise realizada pelo texto (livro a respeito de livro, livro a respeito de objeto); d) as ideias analisadas e utilizadas no texto (LEFORT, 1979: 159-161).

O contexto da época compreende os aspectos políticos, econômicos e sociais, mas apenas no que toca ao objeto. No segundo plano se percebe o aspecto mais direto e geral do texto, acerca de que ele está tratando. O terceiro plano refere-se ao objetivo do texto, quais inferências podem ser percebidas do intento do autor. O quarto plano é um tipo de desdobramento do terceiro, pois busca entender como se fez, ou seja, quais ideias foram utilizadas na construção do argumento, quais foram defendidas e quais foram atacadas.

A perspectiva de Lefort nota que não é possível descartar o “contexto da época”, pois como diz: “o intérprete visa certos fragmentos da realidade fora da obra e descobre ao mesmo tempo um recorte singular desta realidade, que considera como próprio ao escritor” (*Idem*). Um outro problema deriva deste, pois como é possível delimitar um momento para estudo que não seja condição e consequência de todos os outros, e qual o recorte a ser dado no intuito de evitar construir um objeto grande demais, a ponto de todo tempo de uma vida não ser suficiente para estudá-lo. O caminho utilizado pelo autor passa pela abordagem dos aspectos relacionais:

[...] o espaço da obra se declara quando os “elementos” de que é feito se mostram remeter necessariamente uns aos outros; quando as instituições, os personagens, os acontecimentos e as ações que consideramos e as ideias que são tecidas na narrativa, ou fazem a matéria dos juízos, deixam de ser referências pontuais de nossa leitura e se refletem uma na outra ou – como gostaríamos de dizer – estão voltadas umas para as outras. (*Ibidem*: 165).

Em outro artigo dedicado às *Reflexões sociológicas sobre Maquiavel e Marx: a política e o real*, Lefort propõe uma conciliação maior entre as faces internas e externas do argumento. Para compreender as proposições enunciadas por um autor é necessário situar a obra cultural em um meio social e histórico (*Ibidem*: 184). Ele explica que:

Podemos muito bem reconstruir o mundo que o escritor procurou conhecer – graças aos meios de investigação de que dispomos e em virtude da posição privilegiada que o presente confere – enquanto quadro de uma experiência social definida, que dá um acesso a sua obra. (*Idem*).

Assim, os argumentos externos ao texto servem ao entendimento da obra. Em seguida ele soma a estes os argumentos internos dizendo que:

nem por isso é menos verdadeiro que logo que visamos a obra, somos induzidos por meio dela a visar seu objeto, a participar de sua interrogação, em busca, tal como o autor, embora diferentemente dele, de uma inteligibilidade que nenhuma determinação particular seria capaz de esgotar. (*Idem*).

Lefort apresenta a ligação entre as formas argumentativas e alguns dos cuidados necessários para seu estudo, os desdobramentos do seu modelo obedecem as especificidades do seu objeto, no caso Maquiavel. As questões diagnosticadas por ele, guardando-se as diferenças especificadas pelos objetos, podem e devem ser levadas a cabo no desenrolar da pesquisa histórica.

John Pocock, ao comentar os estudos de Quentin Skinner enumera quatro questões pertinentes à dualidade interno/externo. A primeira delas é “se podemos resgatar as intenções do autor a partir da análise de seus textos sem nos tornarmos prisioneiros do círculo hermenêutico” proposto (POCOCK, 2003: 27). A resposta dada por ele é que quanto mais informações o historiador puder ter sobre as intenções do autor maiores serão as possibilidades de escapar “ao círculo hermenêutico”. Evitando, assim, ser convencido sem problematizar, à luz da temporalidade, seu objeto por definição.

A segunda é “se um conjunto de intenções pode ser isolado como algo que existe na mente do autor, a cuja efetivação ele então procederia, escrevendo e publicando seu texto” (*Idem*). A réplica do autor se dá pelo fato de que as informações reunidas sobre o escritor podem ser utilizadas para entender quais as possibilidades de ações que tinha e qual foi a sua escolha levando em consideração suas intenções, vistas no descarte e alternativa realizada.

Recuperar o momento desta escolha é historiar, é perceber, diante das circunstâncias, os caminhos selecionados e excluídos ao lidar com o objeto.

A terceira proposição é ser “possível perguntar se um ator ‘sabia o que estava fazendo’, sugerindo, com isso, a possibilidade de uma lacuna entre intenção e efeito, ou entre a consciência do efeito e o efeito propriamente dito” (*Ibidem*: 29). Com isto, a preocupação em relação ao autor passa a ser também a respeito da ação indireta, ou seja, sua ação póstuma, medida na cadeia de atores subsequentes. Para perceber a intencionalidade do autor e sua eficiência, as condições de possibilidade devem ser conhecidas e trabalhadas, não causais, evitando com isso erros de associação argumentativa e elucubrações sem fundamento.

A quarta questão é “que as palavras de um autor não são dele próprio, que a linguagem que ele usa para efetivar suas intenções pode ser tomada dele e utilizada por terceiros em vista de outros efeitos” (*Idem*). Em consequência, abre-se o entendimento de que o “autor é tanto o expropriador, tomando a linguagem de outros e usando-a para seus próprios fins, quanto o inovador que atua sobre a linguagem de maneira a induzir momentâneas ou duradoras mudanças na forma como ela é usada” (*Idem*). Nesse sentido, a investigação das argumentações de um autor não podem ser dissociadas dos empréstimos que este faz, seja da linguagem ou do pensar, pois o diálogo argumentativo é tanto interno como externo.

O intuito é se apropriar destas discussões para perceber como um autor molda um determinado conceito, ou ideia, ou sistema de pensamento, e a partir dele pensa uma temporalidade. As observações feitas tanto no estudo da argumentação interna de um texto, como as feitas aos elementos externos são importantes na análise dessa forma de historiar. A intencionalidade argumentativa é um objeto historicamente localizável e diferentemente de indicar causas percebe as possibilidades. Peter Gay lembra que “a cada época, os escritores têm à disposição modos específicos de expressão” (GAY, 1990: 26). Isso implica que o historiador, pois este é também escritor, tem uma historicidade, está igualmente passível de ser objeto de estudo.

Ao se ter como objeto a apropriação de um conceito, por exemplo, e estabelecer um historiar preocupado com as escolhas do autor, a intenção é uma ideia que precisa ser explicitada. O historiador e crítico de arte estadunidense Michael Baxandall, no seu livro

Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros, problematiza a intencionalidade do pintor elaborando uma compreensão significativa. Ele propõe refletir acerca das causas de um quadro e suas explicações históricas. Ele prefere chamar de “crítica inferencial”, ou seja, o que podemos inferir quando historiamos as causas de um quadro.

Isso implica dizer que a explicação causal não é a única via possível para a história da arte e que dentre as várias maneiras, uma delas é entender um quadro como um produto intencional (BAXANDALL, 2006: 27). Baxandall se coloca como um historiador que mesmo partindo de um ceticismo de obter a verdadeira intenção do artista, vê esse ceticismo como afirmativo e animado, pois a impossibilidade de um conhecimento certo e definitivo é que empresta agudeza e força à crítica inferencial (*Ibidem*: 28). Para ele:

O papel do historiador das ideias não é apresentar vagas generalizações prescritivas sob o rótulo de “teorias”, mas verificar como proposições muito simples se comportam diante de casos complexos, pelo menos tão complexos quanto permitam o tempo e a energia disponíveis. Não se trata de imitar os especialistas em metodologia, mas de desempenhar uma função complementar à deles. (*Idem*).

O autor lida com a perspectiva que, longe de uma relativização letárgica, propõe entender objetos complexos através de inferências críticas. Para tal, o primeiro exemplo que ele toma é da construção de uma ponte que, mesmo sendo uma explicação genérica, permite a exemplificação de sua teoria.

A teoria proposta é que um “pintor ou autor de um artefato histórico qualquer se defronta com um problema cuja solução concreta e acabada é o objeto que ele nos apresenta” (*Ibidem*: 48). O que se pretende é “reconstruir ao mesmo tempo o problema específico que o autor queria resolver e as circunstâncias específicas que o levaram a produzir o objeto tal como é” (*Idem*). Numa outra explicação, o artista que recebe a encomenda de um quadro tem um problema a resolver: pintar de acordo com suas características sem perder de vista a satisfação de quem o encomendou. Historiar essa relação é entender como um pintor dentro dos limites da técnica, dos materiais, das suas especificidades e das do seu cliente, resolveu e interligou essas premissas. Baxandall argumenta que sua

Atividade será sempre relacional – tratamos das relações entre um problema e sua solução, da relação entre o problema e a solução com o contexto que o cerca, da relação entre nossa interpretação e a descrição de um quadro, da relação entre uma descrição e um quadro. (*Idem*).

O princípio defendido pelo autor é que é possível explicar objetos históricos considerando-os como soluções de problemas que aparecem em determinadas situações, e tentar reconstruir uma relação lógica entre esses três elementos (objetos históricos – solução de problemas – determinadas situações).⁵ Essa teoria permite mapear o tecido de intenções de uma imagem, pois relaciona o problema apresentado ao artista para pintar com sua obra acabada e em quais contextos de possibilidades ele estava inserido. Mesmo sendo pensada para história da arte, o autor ao tomar como exemplo uma ponte, possibilita sua propagação para diferentes objetos.

A intenção é um elemento fundante dessa forma de compreensão, pois os quadros são produto de atividade humana, logo obedecem a propósitos. Baxandall elabora sua hipótese da seguinte forma:

A hipótese de fundo é que todo ator histórico e, mais ainda, todo objeto histórico têm um propósito – ou um intento ou, por assim dizer, uma “qualidade intencional”. Nessa acepção, a intencionalidade caracteriza tanto o ator quanto o objeto. A intenção é a peculiaridade que as coisas têm de se inclinar para o futuro. (BAXANDALL, 2006: 81).

A relação entre o objeto e a circunstância é que vai demonstrar a intencionalidade, apontando com isso, uma visão mais simplificadora que entenda intenção como um estado de espírito a ser reconstruído. Sendo assim, a palavra intenção é ampliada:

Posso querer estender o sentido da palavra “intenção” para abranger a lógica interna da instituição ou das condutas que contribuíram para essa predisposição, e das quais o indivíduo talvez não tivesse consciência no momento em que produziu determinado objeto. Mesmo quando o autor descreve seu estado de espírito, esses relatos têm pouca validade para uma explicação da intenção do objeto; é preciso compará-los com a relação entre o objeto e as condições em que foi produzido, retocá-los, ou ajustá-los, ou inclusive descartá-los se houver incoerência. (*Idem*).

Com esta extensão do sentido do termo “intenção”, a compreensão de uma ideia, forma de pensamento ou conceito pode ser entendida através de uma relação entre as camadas discursivas e argumentativas de um texto com os seus elementos externos, compondo seus padrões de intenção.

⁵ O exemplo tomado é a construção de uma ponte sobre o rio Forth que fica pronta em 1889, a escolha da ponte enquanto objeto serve para entender como um objeto destinado a resolver um problema, em um determinado contexto, encaminhou a uma sequência de questões que ora se relacionavam com fatos individuais, ora com fatos gerais. A ponte é o exemplo da solução do problema que, dentro de um contexto específico, possibilitou reconstruir a relação entre objeto – solução – situação. (BAXANDALL, 2006: 45-79).

Retomando mais precisamente as possibilidades teóricas apresentadas por Baxandall, uma analogia pode ser enriquecedora de uma forma de investigação histórica que se debruce sobre a cultura intelectual. Entender a historicidade de uma ideia, forma ou sistema de pensamento ou conceito é notar seus padrões de intenção, é perceber as relações entre o escrito, o lido e o inventado. Se for necessário nomear esta forma de pensar a história, o mais adequado seria uma história da cultura intelectual, pois se está historiando a apropriação que um autor faz de outro conceito, mas o foco não é a adequação, e sim o que resulta dessa apropriação.

Essa possibilidade teórica – história da cultura intelectual – mais que a busca pela verdade, se interessa pelas possibilidades. A ligação não causal desse modelo pode gerar o desconforto do não universal, da certeza probabilística, da conjectura. Sendo assim, a busca não é pelo certo, mas como um homem em uma dada época respondeu às inquietações no ato de historiar. O que sem dúvida remonta a um questionamento antigo entre os historiadores: o que fazem os historiadores quando escrevem/fazem história? A resposta não é simples, fácil, ou objetiva, ela é possível e datada, tem uma historicidade que pode ser contada, pesquisada e questionada por todos que se interessem pela pergunta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ALTAMIRANO, Carlos. Ideias para um programa de História intelectual. In: *Tempo Social*. Revista de sociologia da USP v. 19, n.1. 2007. p. 9

BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. História intelectual e história das mentalidades. In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

DOSSE, François. *A história do estruturalismo*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

_____. Da História das ideias à História intelectual. In: DOSSE, François. *História e ciências sociais*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

FALCON, Francisco. História das ideias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

GAY, Peter. *O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOLDSCHMIDT, Victor. Tempo histórico e tempo lógico na interpretação dos sistemas filosóficos. In: *A religião de Platão*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LEFORT, Claude. *As formas da história: ensaios de antropologia política*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

POCOCK, J. G. A.. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

TUCK, Richard. História do pensamento político. In BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SCHORSKE, Carl E. *Viena fin-de-siècle: política e cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.